

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 560.388 - SP (2020/0028077-8)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
EMBARGANTE : ALFREDO DE ALCANTARA
ADVOGADO : CÍCERO MARCOS LIMA LANA - SP182890
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

DECISÃO

Trata-se de **embargos de declaração** opostos por ALFREDO DE ALCANTAR, em face da decisão monocrática de minha lavra (fls. 112-116), que não conheceu do presente **habeas corpus**.

Nas razões destes embargos, a defesa sustenta ocorrência de omissão, haja vista que *"[...] a impetração não tratou, em momento algum, da possibilidade ou impossibilidade de se aplicar regime prisional mais gravoso do que o previsto originalmente. Mas sim, da necessidade de que o Magistrado justifique, além do simples fato de que as circunstâncias judiciais são negativas, os motivos que recomendam o regime mais gravoso"* (fl. 118).

Requer, assim, o acolhimento do incidente aclaratório, a fim de que *"[...] sejam as alegações aqui mencionadas cabalmente apreciadas por este D. Tribunal, sanando, dessa forma, a omissão do V. Acórdão"* (fl. 120).

É o relatório.

Decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos.

Destaque-se, **inicialmente**, que são cabíveis embargos declaratórios quando houver, na decisão embargada, qualquer contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. Podem também ser admitidos para a correção de eventual erro material, consoante entendimento preconizado pela

doutrina e jurisprudência, sendo possível, excepcionalmente, a alteração ou modificação do **decisum** embargado.

Nesse compasso, entendo que **não assiste razão ao embargante**, quanto a omissão demonstrada

Na hipótese, o aumento da sanção básica em razão circunstâncias judiciais – *circunstância do crime e maus antecedentes* –, foi devidamente fundamentado em dados concretos extraídos da conduta imputada ao ora paciente. Não se valeu o julgador de elementos que integram a estrutura do tipo penal, mas sim destacou, de modo minucioso, àqueles que desbordam das elementares dos tipos penais em destaque.

Ademais, consoante orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça, *"a individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades. Dessarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e os critérios concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do habeas corpus, pois exigiriam revolvimento probatório."* (AgRg no HC 480.933/AP, rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, QUINTA TURMA, DJe 27/06/2019, grifei).

De outro lado, existente **circunstância judicial desfavorável**, com a consequente fixação da **pena-base acima do mínimo legal**, segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, autorizada a determinação de regime inicial mais gravoso do que o cabível em razão do **quantum** de pena cominado.

Ilustrativamente:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI N. 10.826/2003. DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA

PENA-BASE. DESFAVORECIMENTO DAS VETORIAIS DA CULPABILIDADE, DA CONDUTA SOCIAL E DA PERSONALIDADE DO AGENTE. NOVO DELITO PRATICADO QUANDO DO GOZO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA. AÇÃO CRIMINAL EM ANDAMENTO QUE NÃO PODE SER UTILIZADA PARA A ELEVAÇÃO DA REPRIMENDA, SOB NENHUM TÍTULO. SÚMULA N. 444/STJ. SENTENÇA CONDENATÓRIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DA SÚMULA. AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO DA CONCESSÃO DO HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DA PERSONALIDADE DESFAVORECIDA COM MOTIVAÇÃO CONCRETA. PACIENTE QUE AMEAÇOU O JUIZ SINGULAR E TESTEMUNHAS. REGIME PRISIONAL INICIAL. PENA DEFINITIVA INFERIOR A 4 ANOS. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. RÉU PRIMÁRIO. REGIME INICIALMENTE SEMIABERTO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

- O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

- A revisão da dosimetria da pena somente é possível em situações excepcionais de manifesta ilegalidade ou de abuso de poder, cujo reconhecimento ocorra de plano, sem maiores incursões em aspectos circunstanciais ou fáticos e probatórios (HC n. 304083/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 12/03/2015).

- A exasperação da pena-base deve estar fundamentada em dados concretos extraídos da conduta imputada ao acusado, os quais devem desbordar dos elementos próprios do tipo penal.

- A ponderação das circunstâncias judiciais não constitui mera operação aritmética, em que se atribuem pesos absolutos a cada uma delas, mas sim exercício de discricionariedade vinculada, devendo o Direito pautar-se pelo princípio da proporcionalidade e, também, pelo elementar senso de justiça. Precedentes.

- Para o desfavorecimento da circunstância judicial da culpabilidade, levou-se em consideração, notadamente, o fato de o sentenciado estar no gozo do benefício da liberdade provisória, quando veio a praticar o novo delito. Este Superior Tribunal de Justiça tem considerado idônea essa razão, para a

elevação da reprimenda, em casos semelhantes.

- Ações penais em andamento não se prestam a majorar a reprimenda, seja a título de maus antecedentes, conduta social negativa ou personalidade, em respeito ao princípio da presunção de não culpabilidade, conforme dispõe o enunciado 444 desta Corte Superior. Impõe-se o decote da vetorial da conduta social, ante a flagrante ilegalidade, constatável de ofício, na sentença condenatória.

- Houve, ainda, a exasperação da sanção básica do paciente, com fundamento no desfavorecimento da personalidade, por haver ele ameaçado o Juiz singular e as testemunhas policiais. Trata-se de razão concreta, que patenteia a maior periculosidade do agente e legitima o incremento punitivo.

- Deve a ordem ser concedida, de ofício, para afastar somente a circunstância judicial da conduta social, reduzindo-se, proporcionalmente, a pena-base do paciente.

- Embora a pena do paciente resulte reduzida a patamar inferior a 4 anos de reclusão, e seja ele primário, a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis inviabiliza a fixação do regime aberto, motivo pelo qual mantém-se a modalidade semiaberta de início do desconto da reprimenda.

- Habeas corpus não conhecido.

*- Ordem concedida, de ofício, para reduzir a pena definitiva do paciente ao novo montante de **3 anos e 9 meses de reclusão, em regime prisional inicial semiaberto e 12 dias-multa**, mantidos os demais termos da condenação.*

Desse modo, inexistente, **in casu**, qualquer omissão a suprir. Em verdade, diante do resultado do julgamento que lhe foi desfavorável, busca a embargante imprimir efeitos infringentes ao julgado, incabíveis na espécie.

Ante o exposto, inexistindo vícios na decisão, **rejeito os embargos de declaração.**

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator